



O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA NO SEGUNDO GOVERNO GETÚLIO VARGAS

THE DEVELOPMENT DISCOURSE IN THE SECOND GOVERNMENT OF GETÚLIO VARGAS

Recebido em 30.08.2012. Aprovado em 14.05.2013

Avaliado pelo sistema *double blind review*

DOI: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v7i2.203>

Rogério Faé

rfae@ea.ufrgs.br

Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA-UFRGS) – Porto Alegre – RS, Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo foi identificar os principais discursos que fundamentaram as estratégias ligadas ao desenvolvimento no Brasil, no início da década de 1950; assim como analisar os pontos de articulação entre esses discursos e as ideias ligadas ao desenvolvimento no último período do presidente Getúlio Vargas como presidente do Brasil. Assim direcionado e, através da análise de discurso, o texto busca compreensão sobre a articulação político-estratégica que propiciou a determinadas práticas discursivas adquirirem valorização e afetarem interesses, práticas e objetivos existentes à época. Ao final, identificou-se um discurso governamental apoiado, na época, por um lado, em premissas definidas em nível global e em defesa do processo de industrialização e, por outro, em ideias ligadas à redefinição do centro de decisão a partir da construção de uma situação de maior autonomia que seria consequência do próprio processo de industrialização.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Análise de Discurso. Getúlio Vargas.

Abstract

The aim of this article was to identify the main speeches justifying the proposals related to the strategy of development in Brazil in the early 1950's, so as to analyze the points of articulation between these discourses and ideas related to development at last period of President Getúlio Vargas as president of Brazil. Thus directed, and through the analysis of discourse, the article seeks understanding about the articulation political-strategic favored certain discursive practices acquiring valuation and affecting interests, goals and practices existing at the time. At the end, we identified a government speech backed, at the time, one hand on assumptions defined globally and in defense of the industrialization process and, secondly, on ideas related to redefine the center of decision from the building a situation of greater autonomy that would result from the process of industrialization.

Keywords: Development. Discourse Analysis. Getúlio Vargas.

Introdução

Na história, constituída por fatos que compõem a formação e evolução da nação, encontram-se os dados e informações necessários para a compreensão do contexto brasileiro atual e para a construção de políticas destinadas à promoção do desenvolvimento (PRADO Jr., 1999).

É, assim, no entendimento do passado e das estratégias adotadas que podemos encontrar os pontos de apoio necessários ao entendimento do contexto atual, pois, mesmo sob formas críticas, é necessária compreensão sobre a articulação político-estratégica que propiciou a determinadas práticas discursivas adquirirem valorização ao longo do tempo e afetarem interesses, práticas e objetivos pré-existentes e/ou que virão a ganhar relevância futura (HARDY, PALMER & PHILIPS, 2000).

Por consequência, faz-se necessária uma leitura histórica que inclua a análise das práticas discursivas que conformaram o campo, ou seja, que busque identificar o que foi valorizado nos discursos ligados ao desenvolvimento e, principalmente, entender as razões estratégicas que estão na base de tais qualificações.

Sob tal perspectiva, é necessário iniciar assinalando, mesmo que de forma breve, a maneira predominante como se desenvolveu a estrutura sociopolítica do Brasil ao longo de sua história, ou seja, qualificada como nação subdesenvolvida e ligada à estrutura global capitalista mercantil e, posteriormente, industrial como fornecedora de matéria-prima e produtos exóticos às nações desenvolvidas e, gradativamente, também, como fornecedora de mão de obra barata quando comparada àquela disponível nos países que primeiro se industrializaram (PRADO Jr, 1999; MARINI, 1991; FRANK, 1966).

Leitura histórica que, já de início, descarta uma das teses defendida com forte vigor nos centros de desenvolvimento que qualifica o subdesenvolvimento como uma etapa que seria ultrapassada pelo crescimento econômico individual das nações, segundo o pressuposto de que essas estariam, apenas, em estágio anterior em uma escala de desenvolvimento acessível a todos os países (ROSTOW, 1956). Tese que desconsidera o essencial do sistema capitalista, ou destacando a crítica de Prado Jr. (1999, p. 27):

a 'sociedade tradicional' não se caracteriza por si e em si; e sim apenas em contraste com o que vem depois dela, com o desenvolvimento que ela antecede e cujo traço essencial e fundamental consistirá no progresso tecnológico e na inversão produtiva da maior parte do lucro capitalista auferido na produção e que aquele progresso determina e estimula. O que, em outras palavras, vem a ser a acumulação capitalista, e que Marx chamou de 'reprodução ampliada do capital'.

Na tese defendida por Rostow (1956) é o desenvolvimento em termos globais e sob premissas definidas nos centros de desenvolvimento que está em pauta; ou seja, o que se considera é o desenvolvimento de um pretenso conjunto, enquanto as condições específicas dos países subdesenvolvidos são negligenciadas e colocadas em segundo plano, pois a ênfase recai sobre a possibilidade de crescimento contínuo do contexto macro e na divisão de tarefas que possibilitam este mesmo crescimento.

É esse processo histórico, pretensamente global, que liga as práticas discursivas que predominaram no passado às que predominam no presente. Continuidade que só é possível compreender através de fatos específicos e cuja interligação se efetivou na história própria a cada nação e que necessita ser indagada em sua especificidade. É com base nesta mesma especificidade que deverão ser pensadas estratégias particulares de desenvolvimento (PRADO Jr., 1999).

No caso brasileiro, o início do processo de colonização ocorreu sob premissas nas quais o império Português, por um lado, observou dificuldades na administração direta de um território tão amplo como o brasileiro, razão pela qual fragmentou o território e delegou cada fração a portugueses escolhidos pela coroa à tarefa colonizadora; por outro, o império interessou-se

pelas riquezas naturais do território descoberto e, principalmente, pelo lucro que o comércio dos produtos tropicais proporcionava à metrópole, mantendo a exclusividade do controle sobre o comércio externo desses produtos. Processo que se manteve de forma estável por quase quatro séculos, do descobrimento até a abertura dos portos, consequência da vinda da corte portuguesa para o Brasil (PRADO Jr., 1999).

A partir da abertura dos portos, o Brasil passou a fornecer seus produtos primários a várias nações sem a necessidade da intermediação portuguesa. Entretanto, o foco ligado à exportação de matéria-prima, alimentos e produtos exóticos não se alterou, dando continuidade a um processo de articulação internacional no qual os produtores internos se especializaram naquelas atividades com maior demanda externa e que, por consequência, propiciavam maiores possibilidades de escoamento da produção para os grandes mercados metropolitanos. Em contrapartida, os grandes produtores brasileiros, ligados ao comércio externo, passaram a ter crescente possibilidade de comprar produtos manufaturados com origem nos pólos de desenvolvimento (FURTADO, 1959).

Este movimento, entretanto, ganhou novas nuances no período entre Guerras e, principalmente, com a crise do café que dificultou o processo comercial nos moldes que vinham ocorrendo até então, ao diminuir bruscamente a capacidade de importação de produtos manufaturados. A importação foi dificultada, ainda mais, pelas dificuldades comerciais provocadas pela Segunda Guerra. Foi naquele momento que ganhou ênfase o movimento de valorização do mercado interno e da industrialização substitutiva de importações (FURTADO, 1959; PREBISCH, 1949).

Ao final da Segunda Guerra, ganham destaque, em termos globais, estratégias políticas vinculadas à reconstrução da Europa e ao desenvolvimento de nações atrasadas em relação ao processo de industrialização. Estratégia que emergiu como consequência da percepção norte-americana de que sem um mercado global com o qual pudesse manter relações de troca, sua própria economia estaria ameaçada (ESTEVA, 2007).

É nesse contexto articulado ao contexto global que passaram a ganhar ênfase práticas discursivas ligadas ao desenvolvimento nacional brasileiro. Assim, sem desconsiderar o processo ocorrido no Brasil desde o início da década de 1930 e que forneceu as bases para o avanço do que viria ser compreendido como desenvolvimento na década de 1950 (para mais detalhes ver Fonseca, 2004), este texto se direciona para a análise das principais ideias que influenciaram o campo do desenvolvimento nacional, no Brasil, no início da década de 1950, quando inicia o segundo período do governo Vargas e, principalmente, para a análise da influência destas ideias na estratégia discursiva de Getúlio Vargas no início do seu mandato em 1951.

Para operacionalizar esta escolha se define como foco os discursos sobre desenvolvimento. Os dados analisados se referem aos principais aspectos teóricos sobre o tema vigentes na época e, posteriormente, à análise da influência destas correntes de pensamento no texto contido na Mensagem ao Congresso Nacional, assinada por Vargas no início do ano legislativo de 1951. Por último, a estratégia discursiva adotada no ISEB, a partir de 1953, é entendida como resultado da situação da situação contextual vivida naquele período.

O Início da década de 1950

Ao final da década de 1940 e início da década de 1950, as práticas discursivas que se destacaram foram influenciadas pelos discursos predominantes em termos globais, que buscavam a reestruturação do mercado capitalista. Naquele momento, no Brasil, a ênfase das discussões tinha como pano de fundo o conceito de nação, ora a favor de ideias que buscassem autonomia nacional, ora enfatizando a manutenção do alinhamento da estrutura nacional ao mercado capitalista em escala internacional (FONSECA, 2012; BIELSCHOWSKY, 2000).

Em termos globais, por influência dos Estados Unidos, os esforços político-econômicos do pós-guerra se direcionaram para programas de reconstrução das potências europeias destruídas pelas guerras e, em menor proporção, para programas de desenvolvimento das nações que, a partir do discurso inaugural do presidente Norte-Americano Harry S. Truman (1949), passaram a ser qualificadas como subdesenvolvidasⁱ.

No caso brasileiro, mesmo antes do final da Segunda Guerra e com a busca pelos norte-americanos de apoio para o esforço de guerra, o Governo dos EUA enviou ao País a Missão Cooke em 1942. O relatório da Missão (feito conjuntamente com técnicos brasileiros) ressaltava a necessidade de melhoria na infraestrutura econômica do país, de suas indústrias de base e, em geral, da industrialização (VELLOSO, 2010).

Os resultados da Missão Cooke, após o final da 2^a Guerra, serviram de base para novos estudos e propostas que, então, foram articulados em nível mundial pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e fomentaram um processo no qual se buscou nos países ditos subdesenvolvidos um processo complementar e de suporte aos países qualificados como desenvolvidos (VELLOSO, 2010; FURTADO, 1954). Os principais pontos da agenda proposta pelo BIRD (1946, p. 23) foram definidos em cinco pontos:

- i) Assistir a reconstrução e o desenvolvimento de territórios dos membros via facilitação de investimentos de capital ligados à produção, incluindo a reconstrução das economias destruídas ou desorganizadas pela guerra, a reconversão das facilidades produtivas às necessidades do tempo de paz e o encorajamento do desenvolvimento de facilidades produtivas e recursos nos países menos desenvolvidos.
- ii) Promover o investimento privado externo, [...] e quando o capital privado não está disponível em condições razoáveis, suplementar os investimentos privados pela provisão financeira, em condições sustentáveis, para propostas produtivas.
- iii) Promover o crescimento do comércio internacional e a manutenção do equilíbrio da balança de pagamentos, [...] com vista ao aumento da produtividade, do padrão de vida e da melhoria das condições de trabalho [...].
- iv) Fornecer empréstimos ou garantias em relação aos empréstimos internacionais através de outros canais, àqueles projetos mais necessários e urgentes.
- v) Conduzir suas operações considerando os efeitos do investimento internacional no território dos membros e, no imediato pós-guerra, fornecer capacitação que facilite a transição da economia de guerra para o tempo de paz.

O Brasil, que desde o descobrimento por Portugal, havia se estruturado socioeconomicamente como uma colônia e, posteriormente, país predominante fornecedor de matéria-prima ou de produtos exóticos, extraídos ou produzidos através de processos com pouca eficiência e com base no trabalho escravo se inseriu naquele contexto mundial como país subdesenvolvido (PRADO Jr, 1999 e 2008). É, entretanto, ao ver seus tradicionais produtos de exportação gradativamente perderem valor, principalmente, a partir do início da década de 1930, com a derrocada do café, que o país passou a buscar novas alternativas que revertissem o quadro socioeconômico (FURTADO, 1954; PRADO Jr., 1999).

Naquele contexto a solução encontrada foi focar os esforços no processo de industrialização que, segundo a crença predominante na época, reposicionaria o país no quadro classificatório das nações, seja através de uma produção sob premissas condicionadas pela teoria das vantagens comparativas de David Ricardo; seja com base em uma lógica que valorizava a industrialização por substituição de importações como um passo necessário à interiorização dos centros de decisão pelos países classificados como subdesenvolvidos (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1954).

Neste ponto, cabe destacar que Bielschowsky (2000) considerou que durante o ciclo desenvolvimentista (anos 1950 e 1960)ⁱⁱ cinco correntes de pensamento se destacaram, são elas: a) neoliberal, que se contrapunha ao desenvolvimentismo e enfatizava as forças do mercado, defendida mais fortemente por Eugênio Gudín; b) desenvolvimento do setor privado, representado por Roberto Simonsen; c) desenvolvimento do setor público não nacionalista,

tipificado por Roberto Campos; d) desenvolvimento público nacionalista, liderado pela corrente cepalina; e e) corrente socialista, marcada especialmente pelas formulações do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Os discursos neoliberal e desenvolvimentista-nacionalista foram os dois mais influentes no contexto brasileiro anterior à revolução militar de 1964 (BIELSCHOWSKY, 2000), sendo que o primeiro se caracterizou pela defesa principal das seguintes teses: a) redução da intervenção do Estado na economia brasileira; b) políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos efeitos sobre os níveis de renda e emprego; e c) frequentemente eram contrários às medidas de suporte ao projeto de industrialização por parte do Estado (GUDIN, 1945).

Eugênio Gudín, segundo Bielschowsky (2000), tornou-se o principal representante desta corrente, na época, ao sistematizar os argumentos liberais com base em uma ótica que partia da realidade experimentada nos países subdesenvolvidos. Gudín (1945) defendia, por um lado, que a economia capitalista possuía uma tendência a um equilíbrio de máxima eficiência sempre que os mecanismos de mercado pudessem funcionar com liberdade; por outro, aceitava a tese em defesa das crises provocadas por causas endógenas e de depressões cíclicas. Entretanto, não acreditava que a intervenção do Estado pudesse auxiliar na resolução das crises endógenas, mas a definição de políticas econômicas adequadas poderia até neutralizar as oscilações cíclicas. Defendia, assim, o princípio da mínima intervenção estatal e, preferencialmente, concentrada nos períodos de depressão cíclica.

A tese de Gudín (1945) estava ancorada sobre a premissa de incentivo à máxima produtividade em todas as atividades econômicas. Hipóteses fundamentais na construção teórica do autor foram a existência de pleno emprego no país e de que a inflação revelava situações próximas a de pleno emprego; já que a inflação seria causada pelo excesso de demanda e impulsionada pela expansão do crédito, pelos déficits públicos orçamentários e pela elevação dos custos de produção, principalmente, pelo aumento dos salários.

Cabe destacar que, para Bielschowsky (2000, p. 97):

A visão de que a eliminação da inflação conduz ao equilíbrio externo era usada pelo autor, repetidamente, em oposição à tese cepalina do desequilíbrio externo estrutural. Gudín argumentava haver uma tendência inexorável ao equilíbrio externo, por serem sempre interdependentes os valores de exportações e importações. [...] uma interferência protecionista, ao conter artificialmente as importações, acaba afetando igualmente as exportações – e a eficiência alocativa –, porque transfere recursos produtivos das atividades exportadoras para as atividades domésticas protegidas e porque gera um superávit provisório no balanço de pagamentos, valorizando a moeda nacional e desestimulando as exportações. A eliminação da inflação, ao invés da introdução de barreiras ao comércio internacional, é que seria a fórmula para se alcançar a posição que, ao mesmo tempo, equilibra as contas externas do país e maximiza a eficiência do sistema econômico.

Já, Simonsen (1945) – em defesa do desenvolvimento com base no setor privado e em oposição à lógica de do mercado autorregulado – ao salientar as dificuldades provocadas pela lógica neoliberal em relação aos baixos padrões de vida percebidos na época e a necessidade de elevação da renda nacional que desse suporte ao processo de industrialização, defendeu a planificação estatal de forma negociada com as várias entidades de classe e de maneira a valorizar a atividade privada. Planificação que deveria ser direcionada para aquelas atividades que demandassem esforços gigantescos de mobilização nacional. Para o autor:

Impõe-se [...] a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e a sua colocação em lugar condigno na esfera internacional (p. 44).

O autor embasou suas ideias no diagnóstico fornecido pelos integrantes da Missão Cooke, que ressaltou a necessidade de melhoria da infraestrutura econômica do país, de suas indústrias de base e, em geral, da industrialização. Defendeu, ainda, uma necessária proteção em relação às

indústrias nacionais enfraquecidas em relação à livre concorrência com empreendimentos estrangeiros.

Cabe destacar que, em contraposição à tese de Simonsen em defesa da planificação Nacional, Gudin (1945, p. 60-61) argumentou que

[...] Roberto Simonsen filia-se, como se vê de muitos de seus conceitos, à corrente dos que veem no “plano” a solução de todos os problemas econômicos [...]. Não compartilho dessa fé [...] não haveria melhor caminho para que a consolidação de um regime totalitário de capitalismo de Estado, em que já temos tão largamente avançado nos últimos dez anos.

E, complementa:

Precisamos é de aumentar nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar. E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob a proteção das “pesadas” tarifas aduaneiras e do câmbio candente, continuaremos a ser um país de pobreza (p. 106).

Para Gudin (1945), cabe rememorar, em todas as atividades econômicas, seja agrícola, seja industrial, a “[...] bandeira que precisamos levantar no Brasil não é a de ‘um plano’ e sim da ‘produtividade’” (p. 116).

As teses defendidas por Gudin (1945) e Simonsen (1945) têm em comum uma visão de desenvolvimento que prioriza a atividade privada e a ação suplementar do Estado (VELLOSO, 2010), seja agindo exclusivamente em áreas nas quais a iniciativa privada não tem interesse ou na implantação e controle de políticas públicas com vista à estabilização do mercado (GUDIN, 1945); seja no planejamento e investimento estatal de forma a criar um movimento nacional que atenda as necessidades do processo de industrialização e exijam investimentos de tamanho vulto que não possam ser arcados pelas indústrias (SIMONSEN, 1945).

Entretanto, para Gudin (1945, p. 70), também apresentam diferenças irreconciliáveis:

Para a filosofia liberal, o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilização dos fatores de produção; é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços. Para a filosofia coletivista, é o Estado totalitário. A diferença é radical e irreconciliável. O coletivismo serve-se do poder do Estado para administrar a produção e o consumo; o liberalismo utiliza esse poder para preservar e favorecer a liberdade das trocas, que é princípio essencial de seu modo de produção.

Em contraponto, Simonsen (1945) salientou as diferenças entre as estruturas socioeconômicas dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos e, com base nessas diferenças, defendeu a tese de que as grandes dificuldades enfrentadas pelas nações atrasadas não seriam superadas senão por uma ação intervencionista do Estado. Já em relação às práticas qualificadas como autoritárias por Gudin, Simonsen (1945, p. 133), em contraposição, afirmou que:

a fraqueza e a instabilidade econômicas nos levaram à adoção de uma série de planejamentos parciais e intervencionismos de Estado, sempre reclamados pelos produtores em dificuldade e, quase sempre, mais tarde, por estes mesmos, condenados. Desde a nossa independência até pouco vivíamos praticamente no regime da monocultura.

As divergências em termos de lógica econômica ganham novas nuances ao lançar luz ao movimento sociopolítico da época no Brasil, no qual os interesses dos grandes exportadores agrícolas foram postos em questão por uma lógica que priorizava o processo de industrialização (PRADO Jr., 1999).

Em um contexto histórico de acentuada continuidade dos privilégios dos grandes produtores exportadores de matéria-prima e alimentos que, naquele período, já haviam sofrido um duro golpe em relação à capacidade de concorrência no mercado internacional provocado pela abolição da escravatura – sob pressão externa – e do conseqüente rompimento com a tradição senhorial que o trabalho com mão de obra livre passa a desempenhar, principalmente por parte dos imigrantes, os exportadores agrícolas passaram a sofrer com a perda de mão de

obra para as indústrias nascentes, assim como com perda de status sociopolítico e econômico em consequência das políticas de incentivo à industrialização, defendidas pelos partidários da planificação (PRADO Jr., 1999).

Após 1930, os grandes exportadores tradicionais foram pressionados, por um lado, pela defesa do processo de industrialização advinda do sistema mundial; de outro, pelas proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica, que passou a focar sua atenção ao mercado interno (PRADO Jr., 1999). É, nesse quadro histórico, que as teses do neoliberalismo defendido por Gudin (1945) se articulam com atores dispostos a preservarem seus interesses através da manutenção da lógica que predominava até então no país. Neste ponto cabe destacar a posição de Prado Jr. (1999, p. 135):

O a-historicismo e subestimação da especificidade histórica dos países subdesenvolvidos torna a teoria ortodoxa incapaz de avaliar as circunstâncias peculiares que em cada lugar ou categoria socioeconômica condicionam as inversões e dão a medida de sua fecundidade e capacidade de determinar um processo auto estimulante de crescimento que é o que se procura realizar. A teoria ortodoxa fica no simples relacionamento das inversões, em nível de alta abstração, com o processo de acumulação capitalista que por seu turno se liga esquematicamente à poupança conceituada simplesmente como excedente da receita acima das despesas de consumo. Esse conceito de poupança, perfeitamente exata como definição formal [...] encerra uma grave ambiguidade [...] que essencialmente consiste no fato que a maior e melhor parte da capitalização (num país como o Brasil a incomparável maior parte) é a realizada na própria produção, isto é, origina-se naquilo que contabilmente constitui “lucros não distribuídos” que, sob a forma de reservas ou aumento do capital social, se reinverte na produção.

A terceira corrente que se destacou na época, ou seja, o desenvolvimento do setor público não nacionalista foi defendido com maior intensidade por Roberto Campos que caracterizou seu discurso pela aceitação e incorporação das principais práticas discursivas ligadas ao desenvolvimento defendidas em escala mundial. Nesse sentido, ao ser influenciado pela teorização de W. W. Rostow, Campos (1954, p. 6) conceitua países subdesenvolvidos como “[...] aqueles em que a grande maioria da população se entrega a atividades primárias (agropecuárias ou extrativas) com a aplicação de processos primitivos de produção e baixo nível de renda *per capita*”.

Já em relação ao planejamento, ao entrar em sintonia com as práticas discursivas predominantes no BIRD, é entendido de forma semelhante a Simonsen (1945) como um método racional que deveria servir de guia para as ações direcionadas à aceleração do desenvolvimento do país, que “[...] seria demasiado lento [...] se deixado à iniciativa espontânea” (CAMPOS, 1954, p. 11).

Para o autor, o “[...] problema central do planejamento dos países subdesenvolvidos é basicamente o problema medular de toda a ciência econômica: contingenciar recursos escassos entre objetivos concorrentes, e escalonar sua utilização eficiente no tempo e no espaço” (CAMPOS, 1954, p. 11). Com base neste entendimento, a iniciativa pública se justificaria nos países qualificados como subdesenvolvidos como intervenção com vista à compensação da debilidade da iniciativa privada, estimulando simultaneamente aquelas áreas nas quais o capital privado é insuficiente ou não possui interesse por se caracterizar em investimento de longo prazo.

Como meio de formar uma poupança que fornecesse a capacidade de investimentos necessários ao país, Campos (1954) defende a “faculdade telescópica”, ou seja, a possibilidade do governo, através da tributação, comprimir o consumo em benefício da acumulação de capital para investimentos.

Nunca é demasiado frizar que o desenvolvimento econômico é essencialmente um processo cumulativo, uma espécie de reação em cadeia. Um investimento numa indústria básica, como por exemplo, a indústria pesada de aço, provoca investimentos colaterais nas indústrias químicas à base de alcatrão de coque, nas indústrias de cimento à base de escória, nas indústrias mecânicas etc. Para que os benefícios do processo cumulativo

sejam plenamente utilizados é preciso, entretanto, uma determinada velocidade de desenvolvimento e, em particular, que o crescimento da renda exceda o ritmo do crescimento da população por uma margem suficiente para apressar a acumulação de capital. Dada a escassez de recursos internos, características dos países subdesenvolvidos, de um lado, e o parco volume da migração internacional de capitais, de outro, o desenvolvimento espontâneo tende a ser, em nossos dias, demasiado lento. Unicamente através do planejamento se poderia lograr uma disciplina de distribuição de fatores capaz de evitar duplicação competitiva de facilidades, desperdício de recursos, promover a intensificação dos “investimentos-chave” que permitam ritmo mais rápido de capitalização e, finalmente, distribuir as tarefas proporcionais entre os setores público e privado (p. 15-16).

Para o último autor, o planejamento público deveria levar em consideração as decisões privadas e ser precedido de uma análise geral da economia, de forma a esclarecer e definir os papéis público e privado; assim como facilitar a busca de auxílio financeiro externo, habitualmente dificultados se o país requisitante não conseguir demonstrar que os recursos internos estão sendo aproveitados para inversões úteis ao desenvolvimento econômico do país.

Cabe destacar que pela própria análise de Campos (2004, p. 197) existem muitas aproximações entre os três autores examinados até aqui, pois

Os chamados desenvolvimentistas não estatistas acreditavam na imprescindibilidade da cooperação do capital estrangeiro, mesmo nas atividades de infraestrutura, enquanto que os desenvolvimentistas nacionalistas acentuavam a tônica da intervenção governamental e eram hostis à participação do capital estrangeiro nos chamados setores estratégicos [...]. As linhas divisórias entre os diferentes grupos não eram tão nítidas, entretanto, como o fazia crer a literatura da época. Os desenvolvimentistas não-nacionalistas, ou para usar um termo melhor, desenvolvimentistas liberais, tinham muitos pontos em comum com a escola liberal clássica chefiada por Eugênio Gudin e Octávio Bulhões. Comungavam com estes na preocupação com problemas de estabilização monetária, na aceitação do investimento privado como motor do desenvolvimento, na oposição ao estatismo e na abertura para capitais estrangeiros. Deles se diferenciavam apenas na crença, um pouco ingênua, no planejamento estatal.

Em contraposição aos discursos acima, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em agosto de 1950 e próximo da eleição presidencial que levaria Getúlio Vargas de volta ao poder, lança o “manifesto de agosto”, no qual o partido passou a assumir uma postura discursiva anti-imperialista (IBESP, 1954). No manifesto em pauta, o PCB lança o programa da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) que é assinado por Luiz Carlos Prestes, em oposição à manutenção da lógica econômica que predominava na época, por consequência defendia o fim da dominação econômica estrangeira e a defesa da “política do povo”.

O foco das ações do partido se direcionava para a “[...] única solução viável e progressista dos problemas brasileiros – a solução revolucionária – que pode e há de ser realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à frente” (PRESTES, 1950, p. 8). A tese central dos comunistas jogava luz ao conflito de classes implícito à lógica capitalista e se opunha às práticas articuladas com a lógica dos mercados globais que estimulavam situações de dependência socioeconômica a partir de premissas definidas nos países qualificados como desenvolvidos.

Nesse sentido, o programa defendido por Prestes (1950), continha nove pontos de ataque: a) luta por um Governo democrático e popular; b) defesa da paz e não aceitação da guerra imperialista; c) libertação do Brasil do jugo imperialista; d) entrega da terra a quem nela trabalha; e) desenvolvimento independente da economia nacional; f) liberdades democráticas para o povo; g) melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras; h) instrução e cultura para o povo e i) um exército popular de libertação nacional.

As ideias articuladas pelo PCB visavam bem mais do que a simples observação e/ou priorização de aspectos econômicos. Entretanto, os pontos defendidos pelo PCB mostraram-se contraditórios em vários aspectos, entre eles a defesa de lutas anti-imperialistas mescladas com aspectos ligados ao desenvolvimento pacífico. Outro aspecto que chamava a atenção, na época, foi a busca de aproximação de Luiz Carlos Prestes a outros atores como Roberto Simonsen, com

o objetivo de trazê-los para a política de “união nacional”. Neste aspecto, para o IBESP (1954, p. 10), algumas das propostas defendidas por Prestes, como a “[...] de distribuição de terras nas proximidades dos grandes centros e vias de comunicação [...] não se tratava de reforma agrária, mas tão só de uma providência destinada a melhorar o abastecimento das cidades”.

Por consequência, para o IBESP (1954), estavam dadas as diretrizes para um processo de desenvolvimento semelhante àquele proposto pelos articuladores das propostas norte-americanas, porém sob um ideário produzido no ambiente comunista e fortemente influenciado pela ideologia predominante na União Soviética. Situação que é claramente explicitada, posteriormente, através da declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro de março de 1958, no qual é definido que “[...] o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses de todo o povo, pois a contradição principal é a que existe entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano” (LÖWY, 2006, p. 225).

Assim, as práticas discursivas articuladas pelo PCB defenderam como teses centrais para o fortalecimento da nação: a industrialização planejada sob premissas estritamente nacionais e a reforma agrária, já que o desenvolvimento das forças produtivas seria obstaculizado pelo monopólio da terra, pelos requisitos de práticas feudais ainda existentes no Brasil e pelas práticas impostas pelo imperialismo (LÖWY, 2006)ⁱⁱⁱ.

Já, Prebisch (1949, p. 72) ao fornecer as bases de um discurso ligado ao desenvolvimento nacional, sob premissas definidas internamente, considerou

que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda de preços, seja através do aumento correspondente de renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio.

Com base em tal percepção, Prebisch (1952, p. 181), passou a defender que a industrialização havia se tornado uma “[...] forma de crescimento imposta pelo progresso técnico nos países latino-americanos que fazem parte da periferia da economia mundial [...]”, e que “[...] traz consigo algumas tendências persistentes de desequilíbrio externo”.

Esse desequilíbrio se traduzia em transformações nas formas de produção e consumo, assim como nas maneiras pelas quais a população produtiva se organizava para atender a demanda que daí emergia. Entretanto, se, por um lado, o desequilíbrio externo era resultado da dualidade do progresso tecnológico; por outro, sua eliminação seria requisito indispensável para que a economia dos países periféricos pudesse crescer de forma regular.

Para Prebisch (1952) as transformações nas formas de produção não estariam limitadas à redução ou perda de valor dos produtos primários utilizados na atividade industrial – fator que por si só já fragilizava a estrutura comercial dos países periféricos –, mas provocava alterações na demanda da sua população. Nesse sentido, as inovações técnicas adquiriram um papel fundamental como fator dinâmico que propiciaria alterações nos padrões de produção e consumo.

A valorização da inovação tecnológica, ao ser influenciada pelo crescimento da renda e da produtividade *per capita* nos países que se industrializavam, encontrou as condições para que a demanda por produtos industrializados buscasse produtos cada vez mais sofisticados.

É fator bem conhecido que, quando aumenta a renda, a demanda se diversifica e, enquanto aumenta relativamente pouco a dos alimentos habituais, depois de ultrapassado um certo limite, cresce consideravelmente a dos diversos artigos em que se vão traduzindo, sucessivamente, as inovações técnicas [...]. Nessa mesma tendência para a diversificação, cresce a demanda de serviços pessoais e, portanto, diminui a proporção em que os produtos primários entram no atendimento da demanda global da população. A combinação de todos esses fatos, resultantes da evolução da técnica produtiva, tem

uma consequência de importância primordial para a periferia, pois, em virtude deles, as importações de produtos primários nos centros industrializados tendem a crescer com menor intensidade do que a renda real (PREBISCH, 1952, p. 183).

Por consequência, como demonstrado por Prebisch (1949), no período entre 1876 e 1938 o valor comparativo entre mercadorias manufaturadas e produtos primários baixou de 1/1 para 1/0,641, em favor dos primeiros, razão pela qual os países periféricos perderam renda e, principalmente, tiveram sua sustentabilidade dificultada.

Sob tais premissas, o autor passou a defender o processo de industrialização da periferia sob o pressuposto de que a produção interna de produtos importados contribuiria significativamente para o equilíbrio da balança comercial e, ao mesmo tempo, proporcionaria atendimento de demandas internas que não seriam supriáveis por meio de importações, dada a insustentabilidade do déficit da balança comercial.

É necessário destacar, ainda, a necessidade de industrialização com vista ao incremento do crescimento econômico, seja como meio de absorver a população disponível; seja como forma de aumentar a produtividade e renda *per capita* que traz consigo demanda por novos produtos e serviços. O processo de industrialização, assim, “[...] está ligado a fenômenos distintos [...] que são próprios do crescimento” (PREBISCH, 1952, p. 185).

Para Prebisch (1949), a industrialização era a base sobre a qual deveria ser pensado o processo de desenvolvimento nacional. Com tal diagnóstico, o autor propôs como um de seus pressupostos básicos que o crescimento da produtividade (como condição do desenvolvimento) seria possibilitado apenas mediante a industrialização substitutiva e planejada, que elevaria a renda e a demanda, sob a condução do Estado nos países periféricos.

O projeto que se delineava, ao pretender superar os impasses que colocavam os países periféricos à margem das benesses do progresso técnico em termos de economia mundial tinha dois eixos fundamentais: a) industrialização planejada; e b) o recurso ao capital estrangeiro, como complemento provisório à geração de poupança (PREBISCH, 1949).

A industrialização planejada tinha por principais objetivos o aumento da produtividade e a absorção da mão de obra excedente, que mutuamente se influenciariam em termos estruturais. A situação potencial de pleno emprego, mais do que reduzir a possibilidade de perda do valor do trabalho, em função da extinção do exército de reserva, seria potencializadora de um novo ciclo gerador de conflitos entre os detentores do capital e da força de trabalho, provocando um processo dinâmico que se aproximaria dos padrões centrais, ou seja, de valorização da produção interna, tanto por pressões em busca de elevação dos salários, quanto de não redução dos lucros. Essa dinâmica seria geradora de um processo social capaz de reposicionar os países periféricos na estrutura macroeconômica.

É evidente que o crescimento econômico da América Latina depende do aumento da renda média *per capita*, que é muito baixa na maioria desses países, e do aumento da população. O aumento da renda média *per capita* só poderá ser obtido de duas maneiras. Primeiro, através do aumento da produtividade, e segundo, dada uma determinada produtividade, através do aumento de renda por trabalhador na produção primária, comparada à renda dos países industrializados que importam parte dessa produção. Esse reajuste [...] tende a corrigir a disparidade de renda provocada pela forma como o fruto do progresso técnico é distribuído entre os centros e a periferia. (PREBISCH, 1949, p. 116)

Em relação à busca por capital estrangeiro, Prebisch (1949) argumentou que os baixos estoques de capital dos países periféricos não seriam suficientes para viabilizar o processo de industrialização substitutiva. O capital deveria servir de complemento à necessidade nacional, mas sua importância nas economias periféricas deveria ser gradativamente decrescente, conforme fossem se reduzindo as diferenças de produtividade e renda entre centro e periferia.

Assim, a proposta de Prebisch (1949), no que tange à industrialização substitutiva como recurso gerador de nova dinâmica, levaria as nações Latino-Americanas a uma situação de maior autonomia em relação aos países centrais, com base na ampliação do mercado interno, via

crescimento da produção e renda *per capita*, que possibilitariam a participação nacional no sistema econômico internacional em condições menos desiguais. Já o planejamento do processo de desenvolvimento, ao ser atribuído ao Estado, teria por função reduzir o espontaneísmo pressuposto à industrialização periférica, como fator alheio a qualquer “[...] intenção consciente de romper com os esquemas tradicionais de divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1962, p. 38-39).

Com a finalidade de sistematização, serão apresentados abaixo alguns dos principais aspectos de cada uma das contribuições vistas até este ponto.

Tabela 1

Síntese das principais ideias sobre desenvolvimento no início da década de 1950

	Desenvolvimento
Eugênio Gudín	Processo de crescimento econômico articulado como o sistema de mercado em escala global.
Roberto Simonsen	Processo planejado dirigido para a elevação da renda nacional e aumento do mercado interno, a partir de premissas que priorizem as indústrias nacionais.
Roberto Campos	Processo de ampliação da atividade industrial e de aumento da renda <i>per capita</i> , de forma planejada pelo Estado e articulada ao mercado capitalista em escala internacional.
PCB	Processo de reestruturação sociopolítico e econômico, tendo por base o ideário vigente na União Soviética.
Raúl Prebisch	Processo de industrialização substitutiva de importações, de forma planejada pelo Estado, com vista à elevação da renda <i>per capita</i> e do mercado interno sob premissas definidas internamente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No início da década de 1950, em um contexto de alteração das estruturas socioeconômicas do país – no qual o predomínio da oligarquia agrícola exportadora foi posto em questão pelos principais interessados no projeto desenvolvimentista, em defesa do processo de industrialização –, o planejamento nacional ganhou importância e passou a ser visto como potencialmente benéfico à realização do bem comum (IBESP, 1954, SIMONSEN, 1945; CAMPOS, 1954; PREBISCH, 1949).

O governo Vargas e o IBESP

Passadas as eleições nacionais de 1950, e em mensagem enviada ao Congresso Nacional no início do ano legislativo de 1951, Getúlio Vargas – então presidente do Brasil – apresentou as linhas gerais que deveriam nortear as políticas de seu governo. Naquele momento, o então presidente salientou a importância da ONU e, através dela, dos programas de assistência técnica como meio de direcionar as ações das várias nações de forma alinhada às estratégias globais.

No documento apresentado, o então presidente destacou o acordo já firmado entre o Brasil e os Estados Unidos^{iv} e que deveria se consolidar no primeiro ano de seu governo. Os estudos e, principalmente, as sugestões e aconselhamentos relacionados ao direcionamento das ações seriam construídas e avaliadas em conjunto por uma comissão mista Brasil-Estados Unidos, com a seguinte missão:

- a) exame do grau de assistência técnica mais conveniente ao Brasil para acelerar a elaboração de determinados projetos, com prioridade para aqueles que se relacionem com os transportes, energia elétrica e agricultura; b) estudos de oportunidade para a utilização do conhecimento técnico, do trabalho especializado e dos investimentos estrangeiros, que possam contribuir para a realização de projetos específicos favoráveis ao desenvolvimento econômico brasileiro; e c) exame das medidas de ordem geral e legal que sejam convenientes ou necessárias para remover obstáculos e facilitar a realização dos projetos considerados necessários ao desenvolvimento econômico (VARGAS, 1951, p. 28-29).

Cabe salientar, por um lado, a consideração presente no documento assinado por Vargas

(1951) de que o papel desta comissão era de aconselhar e sugerir ações, mas a tomada de decisão, assim como as consequências das ações seriam encargos dos governantes do país^v; por outro, a posição de Campos (1954; 2004), segundo a qual uma das pré-condições para a manutenção ou aprovação de empréstimos e/ou programas de assistência técnica estava relacionada com a verificação de que os esforços nacionais se direcionavam para o aproveitamento do potencial econômico sob diretrizes que privilegiassem a lógica predominante entre os financiadores. Portanto, o grau de liberdade atribuído aos governos dos diversos países estava relacionado com seu interesse em manter os vínculos com as agências financiadoras em escala global.

Neste aspecto, naquele início de governo, Vargas (1951, p. 17) fez referência aos esforços dos EUA e a sua consciência “[...] das responsabilidades que lhe advêm do grau superior de desenvolvimento de seu país, tomou a si importantes tarefas de auxílio, levando recursos técnicos e econômicos [...] às áreas subdesenvolvidas do mundo”. O então presidente brasileiro destacou, ainda, o desejo de seu governo em participar de forma ativa nas organizações vinculadas à ONU, influenciando, assim, na construção que dali adviria:

Pretendemos elevar ao mais alto grau a eficiência de nossa participação [...] [em] organismos e reuniões internacionais, de acordo com a moderna consciência de que os interesses brasileiros não estão apenas nas proximidades de suas fronteiras, mas em qualquer recanto do mundo, onde se fira uma questão ou se abra um problema capaz de pôr em xeque o sistema jurídico de convivência em que nos integramos. Nesse sentido, todas as questões internacionais, ocorram onde ocorrerem, são de natureza fundamental para a política brasileira [...] (VARGAS, 1951, p. 18-19).

De forma articulada, em relação às políticas internas ficaram evidenciadas pressões pró-industrialização na valorização de ações que facilitassem o direcionamento dos esforços ligados com capacitação e cuidado com os cidadãos, vistos como potenciais recursos produtivos. Assim como, os grandes agricultores ligados à exportação vêm seu poder de influência sobre o Estado ser reduzido, já que segundo Vargas (1951, p. 7) “[...] não está ainda definitivamente superado o caciquismo e a política de campanário. É preciso tempo para extirpar vícios arraigados”. E, complementa afirmando que o Estado ficava entregue “[...] a minorias privilegiadas, já afastadas das realidades sociais. Essa manipulação do Estado por alguns, no jogo dos interesses de grupos e de negócios personalísticos, divorciava o poder público dos interesses eminentemente nacionais e dos problemas ingentes do povo” (p. 8).

A lógica que passa a predominar no discurso do Governo da época é da igualdade de oportunidades e da redução das dificuldades econômicas que limitavam as possibilidades educacionais e a participação dos cidadãos mais humildes no projeto de construção nacional, principalmente, com base na valorização de uma das “[...] instituições essenciais à realização desse princípio [que] é o chamado ‘sistema de mérito’” (VARGAS, 1951, p 11).

No documento de 1951 são percebidas, também, pressões sentidas em âmbito interno e vinculadas aos movimentos populares da época, ao valorizar uma distribuição equilibrada e construtiva dos frutos do trabalho e do capital. Evidentemente, este conflito foi minimizado pelo predomínio de uma lógica com base em um planejamento nacional que buscava integrar os vários pólos em litígio sob a bandeira nacional. Ou seja, à semelhança da proposta de Simonsen (1945), o que estava predominantemente sendo defendido era o interesse da nação, somente sob o qual os diversos interesses particulares poderiam ser alcançados, porém, em segundo plano.

Sob esta lógica, as práticas que ganharam ênfase estiveram vinculadas com a racionalização das “[...] atividades assistenciais para melhoria das condições de vida, tratando, sobretudo, dos problemas de imediato interesse para a higiene e a elevação da produtividade [pois] [...] tais problemas dependem essencialmente, para solução completa e definitiva, do desenvolvimento econômico geral” (VARGAS, 1951, p. 11). Neste aspecto há uma clara aproximação com a proposta de Campos (1954) ao atribuir às políticas sociais um papel de

dependência em relação aos aspectos econômicos vistos como motor do desenvolvimento.

Assim, com vista ao crescimento econômico foram defendidas ações ligadas com a correção de distorções socioeconômicas que levavam a abusos por parte de uma minoria privilegiada; entretanto, com o cuidado de que esta reversão não prejudicasse o potencial de capitalização necessário às políticas desenvolvimentistas da época. Nesse aspecto, cumpre salientar o foco das ações: “[...] estaremos procurando alcançar nossa emancipação econômica, na melhor escala compatível com as inexoráveis interdependências internacionais” (VARGAS, 1951, p. 13).

Com base em tais premissas, o sucesso das políticas internas dependia de articulação com a lógica dos mercados em escala internacional. Entretanto, o discurso que ganhou destaque na época se voltou para uma forma de articulação que buscou redefinir os centros de decisão relacionados à estrutura vigente em escala mundial. É, justamente, nesse aspecto que as ações governamentais da época se alinharam com os discursos que predominavam na CEPAL^{vi}, principalmente, no que se refere ao entendimento relacionado ao contexto estrutural que definia muitas das perspectivas ligadas ao desenvolvimento nacional das nações qualificadas como subdesenvolvidas e que buscavam, em contraponto, a

redução do grau de dependência em que ainda se encontra o Brasil [...] além do baixo consumo de muitos bens cuja utilização continua inacessível ou mesmo desconhecida da maior parte da população nacional, estão a reclamar, por outro lado, a instituição e o cumprimento de uma sadia política de fomento da produção destinada a abastecer e ampliar o mercado interno (VARGAS, 1951, p. 99).

O projeto decorrente dessa forma de ver o desenvolvimento nacional direcionou as ações governamentais para um esforço de criação de indústrias de base e para a qualificação e aproveitamento dos recursos humanos e financeiros disponíveis à época. Os objetivos a que se destinaram os esforços governamentais teriam, naquele período, que

[...] expandir a indústria manufatureira de bens de consumo produzido no País, em quantidades suficientes a atender as necessidades atuais e iniciar a produção de outros que se tornam imprescindíveis à elevação do nível de vida da população: terá, ainda, que fortalecer e ampliar a produção de bens primários, para seu próprio consumo e para exportação, uma vez que as trocas externas nacionais assentam quase totalmente no fornecimento de gêneros alimentícios e matéria-prima aos países industrializados – conquanto tal posição possa e deva ser paulatinamente modificada em proveito do trabalho nacional (VARGAS, 1951, p. 99).

Assim, evidencia-se um discurso governamental que valorizou ações ligadas ao desenvolvimento nacional que atendiam, ao mesmo tempo, pressões advindas de fora que buscavam promover o processo de crescimento econômico sob premissas articuladas ao mercado em escala internacional; e pressões internas que buscavam a melhoria da qualidade de vida da população e a internalização dos centros de decisão em relação às estratégias de desenvolvimento.

O caminho encontrado pelo Governo que tomou posse em 1951 valorizou o processo de industrialização, porém de forma alinhada à formação discursiva que predominava na Cepal e que buscava redução das diferenças de produtividade e renda entre países centrais e periféricos, como forma de dinamizar as economias subdesenvolvidas e de diminuir as diferenças entre centro e periferia.

Nesse sentido, para Fonseca (2012), as aparentes contradições da estratégia de desenvolvimento nacional defendido por Getúlio Vargas, em seu segundo governo, foram consequências das possibilidades históricas que fizeram com que o governo articulasse uma lógica na qual se defendia o investimento externo, porém, sob premissas definidas em nível governamental. Essa situação somente era possível, por um lado, pela articulação com a lógica capitalista que predominava nos países centrais em prol do processo de industrialização, por outro, pela valorização das diferenças entre as necessidades sentidas nas nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, porém, sem que houvesse uma avaliação das aproximações que levariam

posteriormente a um alinhamento automático com os interesses definidos em termos globais e que foram, posteriormente, analisadas por Furtado (1961).

Entretanto, em busca de propostas que dessem respostas às questões daquele período, em 1953, nasceu o IBESP^{vii} – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – que direcionou sua ação com base em um entendimento de que “[...] o agravamento da crise brasileira e [sua] aguda consciência [...] impunha a necessidade de tentar a análise de seus efeitos e causas em busca de soluções possíveis” (SCHWARTZMAN, 1981, p. 6).

Em seu primeiro ano de existência o IBESP firmou convênio com a CAPES (então liderada por Anísio Teixeira) e, posteriormente, foi transformado em órgão permanente do Ministério da Educação, como ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros –, constituindo-se em um dos principais núcleos direcionados à defesa do nacional-desenvolvimentismo de forma articulada à CEPAL. (SCHWARTZMAN, 1981)

O IBESP, mesmo composto por intelectuais que divergiam em vários aspectos, foi responsável pela disseminação de ideias e discussões relacionados ao

desenvolvimento de uma ideologia nacionalista que se pretendia de esquerda, em contraposição aos nacionalismos conservadores do pré-guerra; a difusão das ideias de uma ‘terceira posição’ tanto em relação aos dois blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética quanto em relação aos pensamentos marxista e liberal clássico, uma visão interessada a respeito do que ocorria nos novos países da África e Ásia; [...] e, acima de tudo, uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro político do país (SCHWARTZMAN, 1979, p. 5-6).

Naquele momento histórico, a discussão sobre desenvolvimento nacional ganhou vigor ao ser entendido, entre outros, por Rangel (1955, p. 133) como um processo

extremamente complexo, ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a produção da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica de produção. Paralelamente, muda também a cultura, isto é, a ideia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive.

Para o último autor, o processo de desenvolvimento somente seria analisável a partir da consideração sobre a inseparabilidade de todos os ângulos, mesmo que fosse necessário recorrer a uma fragmentação metodológica que permitisse separar sua infinita complexidade para tornar o trabalho viável.

Já o nacionalismo, para Lima (1955, p. 71), se constituía como “[...] atitude política que, exaltando o valor da independência nacional, se opõe aos elementos que a impedem, a ameaçam ou com ela se chocam”.

Um dos pressupostos, alinhado ao discurso da CEPAL, assumidos pelos intelectuais do IBESP é de que nem todas as nações conseguem ser independentes em relação às demais em função do estado desigual alcançado pelo processo de industrialização nos vários países. Com base nesse entendimento, a tese isebiana se aproximou, ainda mais, do argumento cepalino que dividia as nações entre centrais e periféricas. Assim como valorizou o nacionalismo como valor político-cultural que subsidia estruturas socioeconômicas que diferenciam as várias nações, razão pela qual ganhou vigor a percepção de que qualquer nação enfrenta situações particulares definidas pelo seu processo histórico. Neste aspecto, as possibilidades existentes e caminhos a serem percorridos deveriam ser pensados considerando estas particularidades.

Naquele momento, a preocupação que emergiu tinha por fim

completar nossa maioria econômica. Realmente, é mister que passemos da condição de país subdesenvolvido, produzindo sob uma economia complementar de economias industrializadas, para de país dotado de uma infraestrutura econômica e industrial capaz de nos fornecer os indispensáveis recursos para o aproveitamento de nossas matérias-primas, para o aumento de nossa produtividade, a fim de nos convertermos num grande mercado interno na base da população que já possuímos, a oitava entre os países do mundo (LIMA, 1955, p. 72).

Para o autor, o nacionalismo estaria expresso na construção de planos de trabalho, em

esquemas de realização, em uma política de base definida a partir de nossas necessidades e interesses, para os quais o financiamento externo era útil desde que a nação não abrisse mão do controle sobre o direcionamento do processo de desenvolvimento. Porém, neste ponto o autor salienta a resistência das grandes empresas externas à solução nacionalista, pois ao investir no país como interessadas no desempenho econômico, elas buscariam formas de participação nas decisões internas à nação como meio de garantir sua segurança e progresso. Razão pela qual seria necessário “[...] resistir, e tornar patente a viabilidade do esquema nacionalista, mesmo à custa de sacrifícios. Serão sacrifícios compensadores” (LIMA, 1955, p. 75).

De forma articulada ao discurso do IBESP foram pensadas várias ações desenvolvimentistas que buscavam permitir a participação controlada do capital externo, como, por exemplo, no caso da infraestrutura, que a partir da CMBEU possibilitou “[...] obtenção de assistência técnica a projetos que traria recursos para o reequipamento econômico brasileiro e, do lado norte-americano, a obtenção de matérias-primas estratégicas brasileiras” (LEOPOLDI, 2011, p. 167). Neste aspecto, é necessário lembrar que o entendimento à época, conforme salientado por Vargas (1951), era de que a estrutura socioeconômica deveria ser alterada gradativamente e de forma a viabilizar a redução das desigualdades entre as nações periféricas e centrais.

Cabe destacar, ainda, que a comissão CMBEU foi dissolvida em 1953, momento em que o governo Norte-Americano, à época, passou a priorizar os investimentos privados em detrimento dos públicos, fato que demonstra uma alteração da ênfase na cooperação para uma lógica que prioriza investimentos sob premissas dadas nas relações de mercado privado (LEOPOLDI, 2011).

Por último, é necessário salientar que o governo Vargas não teve por base um plano formal de governo, mas as estratégias adotadas mostraram-se ambiciosas e se relacionaram, principalmente, com a expansão da matriz energética, com a expansão da siderurgia e com a relação entre essas medidas e o fomento da indústria de equipamentos e de bens de capital.

Para Leopoldi (2011, p. 176), o governo estava implementado “[...] ‘com firmeza’ uma política industrial que iria excluir da pauta de importações alguns produtos que a indústria local começava a fabricar”. Assim como, as condições nas quais o investimento privado foi incentivado estavam definidas pelo atendimento aos pré-requisitos impostos pela estratégia nacional de desenvolvimento.

Discurso desenvolvimentista que, focado em uma forma de desenvolvimento identificado ao processo de industrialização, almejou uma ação nacional que fomentasse o crescimento interno de forma a diminuir as diferenças entre nações periféricas e nações centrais. Articulando, assim, as ações de governo com uma estratégia de desenvolvimento que, à semelhança dos intelectuais da CEPAL e do IBESP, buscou condicionar os investimentos externos efetivados no Brasil à construção de uma nação com maior autonomia em relação ao contexto global.

Considerações Finais

O objetivo a que se dirigiu este texto foi de identificar os principais discursos ligados ao desenvolvimento nacional no Brasil no início da década de 1950, assim como para a análise de pontos de articulação entre essas propostas e as ideias ligadas ao desenvolvimento no último período do presidente Getúlio Vargas à frente do Governo do Brasil.

Nesse sentido, ficaram evidentes as influências herdadas dos principais discursos ligados ao desenvolvimento nacional daquele período. A valorização de ideias em defesa do crescimento econômico via processo de industrialização esteve na base da estratégia de desenvolvimento nacional do período. Entretanto, o que se buscava era primordialmente um processo através do qual se produzissem as condições para que as nações periféricas, e mais especificamente, o

Brasil conseguisse reduzir as diferenças experimentadas em relação às nações centrais.

Naquele contexto foram criadas as condições para a emergência e valorização do discurso do IBESP, que de modo articulado com a CEPAL e ao buscar soluções para os problemas sentidos naquele período histórico, passou a influenciar as decisões governamentais e valorizar um conceito de nação preocupado com o atendimento das necessidades e interesses endógenos, para os quais o financiamento externo era útil desde que a nação não abrisse mão do controle sobre o direcionamento do processo de desenvolvimento.

Neste aspecto, os esforços e a construção que tomaram forma naquele momento histórico possibilitaram um discurso e uma ação identificados com a proposição de nação e de desenvolvimento comprometidos com as pessoas que vivem dentro das fronteiras nacionais.

Assim, rememorando Prado Jr. (1999), mesmo considerando que o contexto histórico vivido no último governo Vargas é bastante diferente do contexto atual, é necessário lembrar que é somente com o entendimento das estratégias adotadas no passado que poderemos encontrar os pontos de apoio necessários ao entendimento do contexto atual. E, principalmente, a partir destes pontos de apoio formular alternativas de articulação político-estratégica que possam alterar o contexto vivido no presente.

Por último, cabe destacar que o texto que ora finda possui limitações ligadas, ao menos, a dois fatores: a limitação que a construção de artigos impõe em relação ao foco e abrangência; e a impossibilidade de esgotar o assunto pelas contínuas releituras em relação ao tema do desenvolvimento, a partir da ótica adotada.

Referências

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: Uma Resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.
- BIRD. **First Annual Report**. Washington DC: BIRD, 1946. Disponível em <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em 10mar2011.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: FGV, 1954.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.
- ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. 12^a ed. New York: Zed Books Ltd, 2007. p. 6-25.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**, 15, 2(26), p. 225-256, 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Nacionalismo e Economia: O Segundo Governo Vargas**. Disponível em <<http://www8.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/historia-economica-brasil-contemporaneo.pdf>>. Acesso em 01jun2012.
- FURTADO, Celso. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico (1954). In: AGAVARLA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. pp. 314-341.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 239-262.
- FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura: 1962.
- FRANK. André Gunder. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**. New York, v.18, nº 4, p. 17-31, September/1966.
- GUDIN, Eugênio. Rumos de Política Econômica (1945). In: SIMONSEN, Roberto Cochrane;

- GUDIN, Eugênio. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Coletânea da Polêmica Simonsen x Gudin, Desencadeada com as Primeiras Propostas Formais de Planejamento da Economia Brasileira ao Final do Estado Novo**. 3ª Ed. Brasília: IPEA, 2010. p. 51-126.
- HARDY, Cynthia; PALMER, Ian; PHILLIPS, Nelson. Discourse as a Strategic Resource. **Human Relations**. London, v.53, p. 1227-1248, 2000.
- IBESP. Três etapas do comunismo brasileiro. [1954]. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **O pensamento nacionalista e os “cadernos de nosso tempo”**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 7-20.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011. p. 161-204.
- LIMA, Hermes. Significação do nacionalismo. [1955]. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **O pensamento nacionalista e os “cadernos de nosso tempo”**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 69-80.
- LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento Humano – A Agenda Emergente para o Novo Milênio**. São Paulo: UNESP, 2005.
- LÖWY, Michael. (org.). **O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependência**. México: Ediciones Era, 1991. Disponível em <<http://www.marini.unam.mx>>. Acesso em 30abr2011.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História e Desenvolvimento – A Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. (1949). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.
- PREBISCH, Raúl. Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico. (1952). . In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 179-216.
- PRESTES, Luiz Carlos. (1950) **Nossa Política: Prestes Aponta Aos Brasileiros o Caminho da Liberdade**. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm>>. Acesso em 10mar2011.
- PRESTES, Luiz Carlos. (1950a) **Nossa Política: guiados pelos ensinamentos do camarada Stálin, nosso educador, estudemos e assimilemos a doutrina marxista-leninista**. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/12/politica.htm>>. Acesso em 10jan2012.
- RANGEL, Ignácio. Introdução ao Desenvolvimento Econômico. (1955). In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas / Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 129-202.
- ROSTOW, Walter Whitman. A Decolagem para o Desenvolvimento Auto-Sustentado. (1956). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 251-262.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. A Planificação da Economia Brasileira (1945). In: SIMONSEN, Roberto Cochrane; GUDIN, Eugênio. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Coletânea da Polêmica Simonsen x Gudin, Desencadeada com as Primeiras Propostas Formais de Planejamento da Economia Brasileira ao Final do Estado Novo**. 3ª Ed. Brasília: IPEA, 2010. p. 35-50.
- TRUMAN. Harry S. Inaugural Address. 1949. Disponível em <<http://www.bartleby.com>>. Acesso em 04fev2008.
- VARGAS, Getúlio Dorneles. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Disponível em

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1330/000001.html>>. Acesso em 10mar2011.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. Apresentação. In: SIMONSEN, Roberto Cochrane; GUDIN, Eugênio. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Coletânea da Polêmica Simonsen x Gudin, Desencadeada com as Primeiras Propostas Formais de Planejamento da Economia Brasileira ao Final do Estado Novo**. 3ª Ed. Brasília: IPEA, 2010. p. 19-34.

ⁱ Wilfred Benson, antigo membro do secretariado da Organização Mundial do Trabalho, foi quem primeiro utilizou a palavra desenvolvimento, porém, é a partir do discurso de Truman que o termo passa a ser valorizado institucionalmente como oposição e, ao mesmo tempo, modelo comparativo em relação ao subdesenvolvimento (ESTEVA, 2007).

ⁱⁱ Neste artigo serão examinadas apenas os discursos que exerciam influência no período em que se iniciou o segundo governo de Getúlio Vargas.

ⁱⁱⁱ Cabe destacar, ainda, que um dos principais teóricos do PCB, Caio Prado Júnior, com base em uma leitura marxista do processo de desenvolvimento brasileiro, buscou caracterizá-lo como: a) desvinculado do feudalismo, pois foi construído em resposta às necessidades do sistema de mercado capitalista vigente nos países que primeiro se desenvolveram; b) a produção agrária se destinava ao mercado; c) a própria estrutura econômica e social foi erigida de forma a responder as demandas do mercado em escala global e; d) a própria economia agrária, desde o seu início, se caracterizou por ser de base capitalista (PRADO JÚNIOR, 2008). Entretanto, esta última perspectiva se caracterizou às margens do discurso hegemônico do partido, que continuou a defender a necessidade de uma revolução antifeudal no Brasil do pós-guerra (IBESP, 1954; LÖWY, 2006).

^{iv} Em resposta a uma solicitação de empréstimo feita em 1948, pelo governo Dutra, foi criada a Missão Abbink para estudar o quadro econômico e, por consequência, em julho de 1951 se efetivou a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU).

^v Cabe destacar que a atribuição de responsabilidade pela decisão e implementação das ações aos governantes dos países financiados era, e continua sendo, adotada pelo Banco Mundial a todos os contratos de assistência técnica sob sua tutela (LOPES, 2005).

^{vi} Getúlio Vargas, em seu último governo, defendeu a valorização da Cepal como organização vinculada à ONU (FONSECA, 2012).

^{vii} O IBESP foi composto por um grupo de intelectuais que buscaram influenciar a estratégia nacional de desenvolvimento e que ocupavam posições de destaque no cenário nacional, entre eles Guerreiro Ramos que assessorou Getúlio Vargas em seu último mandato (SCHWARTZMAN, 1981).